A vitória de Lula e a possibilidade de mudança a partir do Sul Global: injustiça econômica, iniquidade em saúde e a busca por uma nova ética do desenvolvimento humano sustentável

La victoria de Lula y la posibilidad de un cambio desde el Sur Global: injusticia económica, desigualdad en materia de salud y la búsqueda de una nueva ética del desarrollo humano sostenible

Lula's Victory and the Possibility of Change from the Global South: Economic Injustice, Health Inequality, and the Search for a New Ethic of Sustainable Human Development

Juan Garay

Resumo: A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil, em 25 de outubro de 2026, abre uma oportunidade para reconsiderar se uma renovação política e intelectual voltada a uma maior justiça econômica, equidade em saúde e sustentabilidade ecológica poderia emergir do Sul Global. Este artigo examina as conexões estruturais entre a concentração de riqueza, o acesso desigual aos determinantes da saúde, a ultrapassagem dos limites ecológicos e a concentração do poder financeiro, militar e digital. Com base em evidências internacionais e nas contribuições conceituais do Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (Sustainable Health Equity Movement – SHEM), particularmente em suas abordagens sobre Bem-Estar em Equidade Sustentável (*Wellbeing in Sustainable Equity* – WiSE) e Equidade Sustentável em Saúde (*Sustainable Health Equity* – SHE), argumenta-se que os indicadores convencionais de crescimento econômico e desenvolvimento nacional são insuficientes e chegam até mesmo a ser contraditórios para avaliar o progresso humano. Um marco de avaliação mais abrangente deve considerar como as sociedades transformam os recursos disponíveis em vidas dignas, saudáveis e ambientalmente sustentáveis, tanto dentro dos países quanto entre eles, e também entre diferentes gerações. O artigo propõe uma agenda política e ética que transcende a divisão convencional entre esquerda e direita, sem desconsiderar os efeitos distributivos das políticas públicas. Também explora a contribuição potencial do Sul Global para a reforma das instituições internacionais, a promoção de um direito universal de viver em harmonia com a natureza e o desenvolvimento de alternativas cooperativas aos modelos econômicos extrativistas. A vitória de Lula é interpretada não como evidência de que essa transformação já tenha ocorrido, mas como uma possível abertura para uma ação democrática e transnacional mais ampla.

Palavras-chave: Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde; Sustainable Health Equity Movement; SHEM; WiSE; iniquidade em saúde; desigualdade econômica; Sul Global; justiça intergeracional; sustentabilidade ecológica; governança global; Lula da Silva.

Resumen: *La reelección de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente de Brasil, el 25 de octubre de 2026, abre una oportunidad para reconsiderar si del Sur Global podría surgir una renovación política e intelectual orientada hacia una mayor justicia económica, equidad en la salud y sustentabilidad ecológica. Este artículo examina las conexiones estructurales entre la concentración de la riqueza, el acceso desigual a los determinantes de la salud, el rebasamiento*

de los límites ecológicos y la concentración del poder financiero, militar y digital. Basándose en evidencia internacional y en las contribuciones conceptuales del Movimiento por la Equidad Sustentable en Salud (Sustainable Health Equity Movement – SHEM), particularmente en sus enfoques sobre el Bienestar en la Equidad Sostenible (Wellbeing in Sustainable Equity – WiSE) y la Equidad Sostenible en Salud (Sustainable Health Equity – SHE), se argumenta que los indicadores convencionales de crecimiento económico y desarrollo nacional son insuficientes e incluso llegan a ser contradictorios para evaluar el progreso humano. Un marco de evaluación más integral debe considerar cómo las sociedades transforman los recursos disponibles en vidas dignas, saludables y ambientalmente sostenibles, tanto dentro de los países como entre ellos, y también entre diferentes generaciones. El artículo propone una agenda política y ética que trasciende la división convencional entre izquierda y derecha, sin dejar de lado los efectos distributivos de las políticas públicas. También explora la contribución potencial del Sur Global a la reforma de las instituciones internacionales, la promoción de un derecho universal a vivir en armonía con la naturaleza y el desarrollo de alternativas cooperativas a los modelos económicos extractivistas. La victoria de Lula se interpreta no como evidencia de que esa transformación ya haya ocurrido, sino como una posible apertura hacia una acción democrática y transnacional más amplia.

***Palabras clave**: Movimiento por la Equidad Sustentable en Salud; Sustainable Health Equity Movement; SHEM; WiSE; inequidad en salud; desigualdad económica; Sur Global; justicia intergeneracional; sustentabilidad ecológica; gobernanza global; Lula da Silva.*

***Abstract:** The reelection of Luiz Inácio Lula da Silva as President of Brazil on October 25, 2026, presents an opportunity to reconsider whether a political and intellectual renewal focused on greater economic justice, health equity, and ecological sustainability could emerge from the Global South. This article examines the structural connections between the concentration of wealth, unequal access to health determinants, the overshooting of ecological limits, and the concentration of financial, military, and digital power. Drawing on international evidence and the conceptual contributions of the Sustainable Health Equity Movement — SHEM), particularly its approaches to Wellbeing in Sustainable Equity (WiSE) and Sustainable Health Equity (SHE), it is argued that conventional indicators of economic growth and national development are insufficient and may even be contradictory when it comes to assessing human progress. A more comprehensive assessment framework must consider how societies transform available resources into dignified, healthy, and environmentally sustainable lives, both within and among countries, as well as across different generations. The article proposes a political and ethical agenda that transcends the conventional division between left and right, without disregarding the distributive effects of public policies. It also explores the potential contribution of the Global South to the reform of international institutions, the promotion of a universal right to live in harmony with nature, and the development of cooperative alternatives to extractivist economic models. Lula's victory is interpreted not as evidence that this transformation has already taken place, but as a possible opening for broader democratic and transnational action.*

***Keywords:** Sustainable Health Equity Movement; SHEM; WiSE; health inequity; economic inequality; Global South; intergenerational justice; ecological sustainability; global governance; Lula da Silva.*

1. Introdução: a mudança pode vir do Sul Global?

Em 25 de outubro de 2026, Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito presidente do Brasil, com 51,79% dos votos válidos, contra 48,21% obtidos por Flávio Bolsonaro. O resultado veio após uma eleição bastante disputada, em uma sociedade profundamente dividida, e marcou um momento importante na trajetória democrática e política do Brasil (Tribunal Superior Eleitoral, 2026).

O significado desse resultado ultrapassa as fronteiras brasileiras. Em um mundo que enfrenta disparidades econômicas crescentes, tensões democráticas, conflitos geopolíticos e uma desestabilização ecológica cada vez mais acelerada, ele suscita uma questão mais ampla: o Sul Global poderia se tornar uma fonte importante de renovação política, intelectual e social na busca por um modelo de desenvolvimento humano mais equitativo e sustentável?

Essa possibilidade não deve ser confundida com uma previsão nem com o apoio a qualquer governo específico. Vitórias eleitorais não se traduzem automaticamente em transformações estruturais, e os países do Sul Global não são politicamente homogêneos nem estão imunes à desigualdade, ao extrativismo, ao autoritarismo ou à concentração de riqueza. O próprio Brasil enfrenta o desafio de conciliar proteção social, desenvolvimento econômico, conservação ambiental e convivência democrática.

Ainda assim, a eleição oferece uma oportunidade para examinar uma contradição fundamental da ordem mundial contemporânea. Uma das principais fontes de iniquidade é a divisão artificial entre os países e a distribuição desigual da biocapacidade, da riqueza e do PIB (dos fluxos financeiros e de outros tipos de intercâmbio). Mesmo países e comunidades dotados de recursos naturais abundantes, capacidades humanas e conhecimentos culturais significativos podem continuar enfrentando doenças evitáveis, mortalidade prematura e privação, enquanto os sistemas econômicos e tecnológicos concentram os benefícios da produção em parcelas relativamente pequenas da população.

Essa contradição não pode ser compreendida exclusivamente pela divisão tradicional entre esquerda e direita. É necessário analisar como os recursos, as oportunidades, os riscos e o poder de decisão são distribuídos, bem como a maneira pela qual essas configurações influenciam a saúde das populações e as condições ecológicas das quais depende a vida humana.

O Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde, ou em inglês Sustainable Health Equity Movement (SHEM), desenvolveu um marco conceitual para examinar essas relações. Seu trabalho sobre Bem-Estar em Equidade Sustentável (*Wellbeing in Sustainable Equity* – WiSE), Equidade Sustentável em Saúde (S*ustainable Health Equity* – SHE), métricas de saúde global, especulação financeira, poder digital e alternativas de base comunitária busca relacionar os resultados em saúde às estruturas econômicas, políticas e ecológicas mais amplas que os condicionam.

Este artigo desenvolve essa perspectiva em torno de três questões:

1. Como a injustiça econômica contribui para as iniquidades em saúde e a mortalidade prematura?
2. Por que os modelos convencionais de desenvolvimento e as classificações políticas são insuficientes para enfrentar os desafios combinados da desigualdade social e dos limites ecológicos?

3. Que papel o Sul Global, em articulação com movimentos e comunidades de todo o mundo, poderia desempenhar na promoção de uma nova ética do desenvolvimento humano sustentável?

2. Desigualdade econômica e distribuição desigual da saúde

2.1. Concentração de riqueza em um mundo desigual

A desigualdade econômica continua sendo uma das características definidoras da economia global. De acordo com o *Relatório sobre a Desigualdade Mundial 2026* (*World Inequality Report 2026*), os 10% mais ricos da população mundial detêm aproximadamente três quartos da riqueza total, enquanto os 50% mais pobres possuem apenas cerca de 2%. A metade mais pobre da população recebe menos de 10% da renda global (World Inequality Lab, 2026), valor inferior ao patamar de renda compatível com a dignidade humana que assegura o direito à saúde e ao melhor nível de saúde possível (ver os artigos e webinars do SHEM sobre a distribuição geográfica da injustiça).

Esses números expressam muito mais do que diferenças de consumo ou de renda pessoal. A riqueza confere capacidades desiguais de influenciar decisões políticas, ter acesso à educação e aos serviços de saúde, resistir a crises econômicas, evitar riscos ambientais e moldar a distribuição de oportunidades futuras.

A acumulação de ativos financeiros e produtivos pode favorecer a inovação e os investimentos em bens públicos globais. No entanto, quando a propriedade se torna altamente concentrada e os retornos do capital são distribuídos de maneira persistentemente mais desigual do que as oportunidades de participação na vida econômica, a concentração de riqueza pode se reproduzir ao longo do tempo, direcionando o poder e a capacidade criativa humanos para beneficiar poucos.

Isso é importante para a saúde porque os recursos que protegem as pessoas contra doenças são distribuídos de maneira desigual. Alimentação adequada, moradia segura, educação, água potável, saneamento, emprego estável, proteção social e acesso oportuno aos serviços de saúde dependem, em parte, dos recursos das famílias, mas também do investimento público, das relações de trabalho, das instituições sociais e da distribuição do poder político.

Portanto, a desigualdade econômica não é simplesmente uma característica de fundo das sociedades. Ela pode influenciar as condições em que as pessoas nascem, crescem, trabalham, envelhecem e morrem (ver os trabalhos de Michael Marmot sobre equidade em saúde, bem como o relatório da OMS e a resolução da Assembleia Mundial da Saúde sobre os determinantes sociais da saúde, de 2010).

2.2. A magnitude das iniquidades em saúde

A análise de 2025 da Organização Mundial da Saúde sobre os determinantes sociais da saúde informa que a diferença na expectativa de vida entre países com os níveis mais altos e mais baixos pode chegar a 33 anos. Também estima que a eliminação das desigualdades relacionadas à riqueza nos países de baixa e média renda poderia salvar potencialmente 1,8 milhão de vidas de crianças por ano (OMS, 2025). O SHEM estima que a mortalidade excedente provocada pela iniquidade internacional tenha permanecido, nos últimos 30 anos ou mais, acima de 16 milhões de mortes anuais.

Essas estimativas ilustram a dimensão das diferenças evitáveis em saúde. Também demonstram por que as médias nacionais podem ser enganosas. A expectativa de vida geral ou os gastos com saúde de um país podem melhorar enquanto persistem grandes disparidades entre grupos sociais, territórios, comunidades étnicas e faixas de renda.

A relação entre recursos econômicos e saúde é complexa. A renda influencia as oportunidades individuais, enquanto a tributação, a proteção social, os serviços públicos, a regulamentação ambiental e as instituições do mercado de trabalho determinam em que medida essas oportunidades são compartilhadas. A instabilidade política, os conflitos, a discriminação, a geografia e a capacidade dos sistemas de saúde também afetam os resultados.

Consequentemente, essa relação não deve ser reduzida à afirmação simplista de que toda diferença em saúde decorre diretamente da desigualdade de renda. A desigualdade econômica, na verdade, interage com mecanismos sociais e institucionais que determinam a exposição aos riscos à saúde e o acesso à proteção.

Disso decorre uma implicação central*: a avaliação do desenvolvimento deve considerar não apenas quanta riqueza uma sociedade gera, mas também com que eficácia e equidade ela transforma os recursos disponíveis em vidas saudáveis.*

2.3. Da distribuição desigual de recursos à mortalidade evitável

Os sistemas de saúde são essenciais, mas os serviços de assistência à saúde, por si só, não conseguem compensar todas as desvantagens decorrentes das condições desiguais de vida. O tratamento médico pode reduzir as consequências das doenças, mas não é capaz de eliminar, por si só, a precariedade habitacional, a insegurança alimentar, as condições de trabalho perigosas, a poluição ambiental, a exclusão educacional ou a perda dos meios de subsistência provocada pela desestabilização ecológica.

Tampouco a disponibilidade de conhecimento médico é suficiente para garantir que seus benefícios sejam distribuídos de maneira justa. Descobertas científicas, vacinas, medicamentos e tecnologias digitais podem melhorar a saúde das populações, mas o acesso a esses recursos depende de sua acessibilidade econômica, da capacidade produtiva, dos regimes de propriedade intelectual, do financiamento público, da infraestrutura e das prioridades políticas.

O trabalho do SHEM aborda essas questões a partir da relação entre os recursos disponíveis, a capacidade de transformá-los em bem-estar humano e a sustentabilidade dos resultados alcançados. Essa perspectiva incentiva os pesquisadores a examinar não apenas os gastos com saúde ou a cobertura dos serviços, mas também a distribuição dos resultados em saúde em relação aos recursos e às oportunidades disponíveis.

Essa abordagem pode ajudar a distinguir entre a escassez verdadeiramente inevitável e a privação decorrente de escolhas institucionais, de relações de poder desiguais nas negociações ou de uma alocação inadequada dos recursos coletivos.

Ela também insere a mortalidade evitável em uma discussão ética e política mais ampla. Quando existem intervenções eficazes e recursos suficientes, as mortes que poderiam ser evitadas suscitam questionamentos sobre as prioridades sociais, a organização das instituições e a distribuição de responsabilidades entre os países.

Ainda assim, estimar com precisão o número de mortes atribuíveis à injustiça econômica global exige pressupostos contrafactuais explícitos, métodos transparentes e uma distinção cuidadosa entre causalidade direta e associação estatística. A importância ética da questão não elimina a necessidade de rigor metodológico. Se e quando for possível alcançar esse objetivo, *o peso das iniquidades em saúde poderá se tornar o indicador mais revelador da justiça social e servir de bússola para a construção de uma equidade sustentável.*

3. Injustiça ecológica e desigualdade nas condições para uma vida saudável

As iniquidades econômicas e em saúde não podem ser dissociadas das bases ecológicas do bem-estar humano.

As mudanças climáticas, a poluição do ar, a perda de biodiversidade, a degradação do solo, a insegurança hídrica e a desestabilização dos sistemas alimentares afetam a saúde por múltiplas vias. Esses fenômenos influenciam os padrões de doenças infecciosas, a mortalidade relacionada ao calor, a nutrição, as doenças respiratórias e cardiovasculares, o bem-estar mental, os deslocamentos populacionais e a capacidade de resiliência dos serviços de saúde.

Esses efeitos são distribuídos de maneira desigual. As pessoas com menos recursos geralmente dispõem de menor capacidade para evitar riscos ambientais, mudar-se de áreas perigosas, proteger seus meios de subsistência ou obter tratamento em tempo hábil. Ao mesmo tempo, os benefícios da produção e do consumo ambientalmente prejudiciais podem se concentrar desproporcionalmente nos grupos com maior poder aquisitivo e maior participação na propriedade do capital.

O *Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2025* (*Emissions Gap Report 2025*), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, estimou que o aquecimento global ao longo deste século poderia chegar a aproximadamente 2,8°C caso fossem mantidas as políticas então vigentes. Mesmo a implementação integral dos compromissos climáticos nacionais ainda deixaria o aquecimento substancialmente acima das metas de temperatura estabelecidas pelo Acordo de Paris (PNUMA, 2025). Essas estimativas são projeções baseadas em modelos, não certezas, e os desdobramentos posteriores das políticas podem alterar essa trajetória. Sua importância está na dimensão da distância entre os compromissos atuais e as reduções necessárias. Essa tendência pode significar mais de 210 milhões de mortes excedentes ao longo do século, principalmente entre populações com baixa pegada de carbono e ecológica (ver Garay, PEAH, *Climate Change: Third World War with No Guns*).

O problema não é o consumo em si. Alimentação adequada, moradia, energia, mobilidade e assistência à saúde são indispensáveis à dignidade humana. O desafio consiste em distinguir o consumo necessário para atender às necessidades essenciais daquele que demanda muitos recursos, acrescenta relativamente pouco ao bem-estar e impõe custos ecológicos substanciais.

Da mesma forma, o crescimento econômico não pode ser avaliado independentemente de sua distribuição e de suas consequências ambientais. O crescimento que melhora a nutrição, o saneamento, a educação e o acesso a serviços essenciais pode contribuir para a equidade em saúde. Já o crescimento baseado na exploração destrutiva de recursos naturais, em condições de trabalho perigosas ou no esgotamento de recursos essenciais às gerações futuras pode gerar benefícios distribuídos de maneira desigual, ao mesmo tempo que transfere os custos para outras populações e períodos.

Isso aponta para a necessidade de uma avaliação conjunta da satisfação das necessidades sociais e dos limites ecológicos: garantir que todos tenham acesso às bases materiais de uma vida digna, ao mesmo tempo que se reduz o uso desnecessário de recursos e os danos ambientais.

A abordagem do SHEM à equidade sustentável em saúde busca inserir esses objetivos em um marco comum. Uma sociedade não pode ser considerada plenamente equitativa se o bem-estar de sua população atual depender de comprometer sistematicamente a saúde e as oportunidades de vida de outras populações ou das gerações futuras. Daí a criação do índice do SHEM de bem-estar em equidade sustentável.

4. A concentração do poder financeiro, militar e digital

4.1. Endividamento, especulação e distribuição dos recursos públicos

O endividamento público pode financiar infraestruturas essenciais, serviços de saúde, educação e adaptação às mudanças climáticas. O crédito privado pode apoiar investimentos produtivos e a segurança financeira das famílias. Os mercados financeiros podem facilitar a alocação de capital e a gestão de riscos.

No entanto, as consequências do endividamento dependem de suas condições, finalidades, distribuição e governança. Quando o serviço da dívida absorve uma parcela expressiva da receita pública, os governos podem se ver diante de escolhas difíceis em relação à saúde, à educação, à proteção social e aos investimentos ecológicos. Quando os retornos financeiros são priorizados em detrimento dos resultados sociais, a atividade econômica pode se distanciar cada vez mais das necessidades das populações.

A questão, portanto, não é o endividamento ou as finanças em si, mas as condições em que os direitos e as obrigações financeiras são constituídos, distribuídos e exigidos.

O artigo do PEAH *Debt, Financial Speculation and Artificial Intelligence: The Emerging Architecture of Inequity* examina como o endividamento, as finanças especulativas e os sistemas algorítmicos podem interagir e reconfigurar a distribuição de riqueza, poder e oportunidades. A análise defende que esses sistemas sejam avaliados de acordo com sua contribuição para a dignidade humana, o bem-estar sustentável e a saúde planetária (Garay, 2026a).

Sob a perspectiva da equidade em saúde, isso implica examinar os custos de oportunidade dos arranjos financeiros: quais recursos continuam disponíveis para a atenção primária à saúde, a nutrição, o saneamento, a proteção social e a resiliência climática depois de cumpridas as obrigações da dívida e atendidas outras demandas concorrentes?

Isso também pressupõe maior transparência na governança financeira, sistemas tributários mais justos, cooperação internacional no combate aos fluxos financeiros ilícitos e maior capacidade dos governos para proteger os investimentos sociais essenciais.

4.2. Gastos militares, conflitos e saúde

Os conflitos armados provocam mortalidade imediata, ferimentos, deslocamentos populacionais e destruição da infraestrutura de saúde. Entre seus efeitos de longo prazo estão a interrupção da vacinação, a insegurança alimentar, os traumas psicológicos, a redução do acesso à educação e a deterioração dos determinantes sociais da saúde.

Os gastos militares também suscitam questionamentos sobre as prioridades concorrentes na alocação dos recursos públicos. No entanto, seria equivocado presumir que cada unidade monetária destinada a gastos militares poderia ser automaticamente redirecionada para a saúde ou que todas as despesas com segurança produzem consequências idênticas. Os países enfrentam diferentes condições de segurança, e os efeitos da realocação de recursos dependem de cada contexto.

Uma abordagem mais útil consiste em examinar se as políticas de segurança reduzem as ameaças à vida humana ou intensificam as condições que geram insegurança. A segurança humana deve abranger não apenas a proteção contra a violência armada, mas também o acesso a serviços essenciais, a liberdade em relação à privação extrema e a preservação dos sistemas ambientais dos quais as sociedades dependem.

Essa compreensão mais ampla é coerente com os esforços do SHEM para estabelecer conexões entre paz, justiça global e equidade sustentável em saúde.

4.3. Tecnologia digital e inteligência artificial

A inteligência artificial e as infraestruturas digitais podem contribuir para melhorar o diagnóstico, a vigilância epidemiológica, a pesquisa científica, a logística e a alocação de recursos de saúde. Também podem reproduzir práticas discriminatórias, concentrar o poder sobre as informações e ampliar a dependência de fornecedores privados quando a propriedade, o acesso e a responsabilização não são adequadamente regulamentados.

A questão central não é saber se a tecnologia é intrinsecamente benéfica ou prejudicial. É preciso perguntar quem a controla, a quais interesses ela atende, quem pode fiscalizar suas decisões e como seus benefícios e riscos são distribuídos.

Quando um pequeno número de empresas controla infraestruturas digitais essenciais, dados e recursos computacionais, suas decisões podem influenciar instituições públicas e serviços essenciais. Quando sistemas automatizados são utilizados para determinar a elegibilidade a benefícios, alocar recursos ou avaliar riscos, a falta de transparência e mecanismos frágeis de responsabilização podem reforçar as desigualdades sociais existentes.

Uma agenda de equidade sustentável em saúde exige, portanto, pesquisa orientada pelo interesse público, avaliação independente, supervisão humana efetiva, proteção de dados, acesso equitativo à infraestrutura digital e mecanismos de responsabilização democrática.

Essas preocupações também reforçam o argumento mais amplo: a distribuição do poder é, em si, um determinante da saúde. O poder econômico, político, militar e digital deve ser avaliado não apenas por sua capacidade de gerar retornos ou ampliar a influência nacional, mas também por seus efeitos sobre as capacidades humanas, a saúde e a integridade ecológica.

5. Para além da divisão convencional entre esquerda e direita

A distinção tradicional entre esquerda e direita continua sendo relevante para compreender as tradições políticas, a disputa eleitoral e as escolhas em matéria de políticas públicas. Os partidos diferem em suas abordagens sobre tributação, serviços públicos, regulamentação do trabalho, mercados, migração, proteção ambiental e papel do Estado.

No entanto, os rótulos ideológicos, por si só, são insuficientes para avaliar se um sistema político promove a equidade sustentável em saúde. Governos que se definem como

progressistas podem manter práticas extrativistas, tolerar níveis excessivos de concentração de riqueza ou deixar de proteger os ecossistemas. Já governos que se definem como conservadores podem adotar políticas que fortaleçam a saúde pública, a coesão social ou a preservação ambiental.

O que importa não é eliminar as diferenças políticas, mas avaliar as políticas concretas e suas consequências.

Um marco comparativo deve examinar, entre outras dimensões:

- A progressividade e a eficácia do sistema tributário.
- A distribuição dos gastos públicos com saúde, educação, habitação e proteção social.
- O acesso a serviços essenciais e as diferenças nos resultados em saúde entre os grupos sociais.
- Os direitos trabalhistas, a segurança de renda e a distribuição do poder econômico.
- A pegada ecológica da produção e do consumo.
- A proteção das liberdades civis e a responsabilização democrática.
- A concentração da propriedade de ativos financeiros e digitais.
- O tratamento dispensado a migrantes e minorias.
- A distribuição dos riscos ambientais entre as populações e as gerações.

Essa abordagem permitiria comparar diferentes governos sem pressupor, de antemão, que a identidade política determina os resultados de suas políticas.

O objetivo seria identificar quais arranjos institucionais e combinações de políticas estão associados a maior equidade, melhores resultados em saúde e menores danos ecológicos, reconhecendo, ao mesmo tempo, a influência da renda nacional, da história, da demografia, da estrutura produtiva e das limitações impostas pelo contexto internacional.

Uma nova ética política partiria da seguinte questão: as instituições econômicas e políticas permitem que as pessoas tenham vidas saudáveis e dignas dentro dos limites ecológicos? Isso não exigiria consenso sobre todos os aspectos da organização econômica. Exigiria um compromisso comum com a redução da privação evitável, a limitação da conversão da riqueza privada em poder sem mecanismos de responsabilização e a proteção das condições necessárias à vida.

6. A contribuição do SHEM: WiSE e Equidade Sustentável em Saúde

O Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde busca ampliar a compreensão e a mensuração da equidade, relacionando o bem-estar humano ao uso justo e sustentável dos recursos disponíveis.

Seu trabalho sobre Bem-Estar em Equidade Sustentável (*Wellbeing in Sustainable Equity* – WiSE) e Equidade Sustentável em Saúde (*Sustainable Health Equity* – SHE) propõe que o desenvolvimento seja avaliado não apenas pela produção econômica, pela renda média ou pela disponibilidade de serviços, mas também pela capacidade das sociedades de transformar os recursos territoriais, as capacidades humanas, as instituições e os bens públicos globais compartilhados em vidas saudáveis e sustentáveis.

Em *Sustainable Health Equity: A Scientific Framework for Strengthening Human Development Drawing on Cuba's Experience and Contemporary Challenges*, é proposto um marco conceitual que considera três dimensões interconectadas: a disponibilidade de recursos, a capacidade de transformá-los e o bem-estar sustentável (Garay, 2026b).

Esse marco conceitual suscita diversas questões relevantes para comparações internacionais:

1. Quais recursos e capacidades estão disponíveis para uma sociedade?
2. Com que eficácia e equidade esses recursos são convertidos em saúde, educação, proteção social e desenvolvimento humano?
3. Os resultados alcançados são ambientalmente sustentáveis e podem ser reproduzidos pelas gerações futuras?

A distinção entre disponibilidade de recursos e capacidade de transformação é importante. Duas sociedades com recursos comparáveis podem alcançar resultados diferentes em saúde devido a diferenças nas instituições públicas, na organização social, no acesso ao conhecimento, na distribuição econômica e nas prioridades políticas.

Por outro lado, uma sociedade com recursos financeiros limitados pode obter avanços importantes em saúde por meio da atenção preventiva, da educação, da participação comunitária e do uso eficaz dos bens públicos. Esses resultados não eliminam as restrições materiais, mas demonstram por que a renda, isoladamente, é uma medida incompleta do desenvolvimento.

A abordagem do SHEM também destaca a necessidade de examinar a sustentabilidade dessas conquistas. O bem-estar humano não pode ser considerado seguro se depender do esgotamento dos recursos ecológicos, da transferência dos custos ambientais para terceiros ou da negação do acesso de outras populações a recursos essenciais.

Esse marco deve ser entendido como uma contribuição ao debate científico em curso, e não como um índice universal plenamente validado. Seus indicadores, parâmetros de referência, métodos de ponderação e aplicações comparativas exigem especificação transparente, testes empíricos e avaliação independente.

O *Atlas Global de Equidade em Saúde* (*Global Health Equity Atlas*) e outras iniciativas relacionadas do SHEM oferecem uma base para aprofundar o trabalho sobre a distribuição das oportunidades de saúde e as consequências evitáveis da iniquidade. Seu valor científico dependerá da clareza dos métodos utilizados, da rastreabilidade dos dados, do tratamento dado às incertezas e da possibilidade de reproduzir os resultados.

Um dos principais objetivos de pesquisa é desenvolver indicadores capazes de distinguir três situações: insuficiência de recursos, distribuição desigual dos recursos disponíveis e limitações institucionais na transformação desses recursos em bem-estar sustentável. Essas condições podem coexistir, mas exigem respostas diferentes.

7. O Sul Global pode abrir novos horizontes?

O Sul Global não constitui uma entidade política ou econômica única. Embora a maioria de seus países tenha passado pela colonização ocidental, o Sul Global reúne países com diferentes níveis de renda, sistemas políticos, instituições sociais e interesses internacionais. Alguns alcançaram avanços significativos na saúde e na educação; outros enfrentam privações

graves, desigualdade ou destruição ambiental. Muitos vivenciam tanto progressos quanto limitações estruturais persistentes.

Ainda assim, os países do Sul Global ocupam uma posição importante nos debates sobre justiça internacional. Suas experiências expõem as limitações dos modelos de desenvolvimento que tratam o alto nível de consumo como uma aspiração universal, ignorando as restrições ecológicas, o acesso desigual aos recursos e a distribuição histórica do poder econômico.

O potencial do Sul Global não deve ser entendido como a substituição de uma hegemonia por outra. Tampouco se deve idealizar o Sul como inerentemente mais equitativo ou sustentável. A oportunidade está na construção de alianças entre países, comunidades e tradições políticas em torno de princípios compartilhados de dignidade humana, equidade em saúde, participação democrática e responsabilidade ecológica.

O Brasil oferece um contexto particularmente relevante para essa discussão, devido à sua dimensão, diversidade social, capacidade científica, experiência em saúde pública e importância ecológica. A Amazônia e outros ecossistemas brasileiros têm relevância global, enquanto as desigualdades sociais do país tornam especialmente decisiva a relação entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e bem-estar da população.

A reeleição de Lula poderia abrir espaço político para iniciativas que priorizem a proteção social, a saúde pública, a cooperação internacional e a preservação ambiental. A concretização desse potencial dependerá das escolhas políticas, das limitações institucionais, das negociações democráticas e dos resultados mensuráveis. O resultado de uma eleição não substitui essa avaliação.

A oportunidade mais ampla consiste em desenvolver a cooperação entre os países do Sul Global, em articulação com parceiros do Norte, em torno de questões práticas: como ampliar o acesso a medicamentos e tecnologias essenciais; como reduzir as restrições fiscais que comprometem os serviços públicos; como proteger as florestas e a biodiversidade, ao mesmo tempo que se melhoram as condições de vida das populações locais; como fortalecer a adaptação às mudanças climáticas; e como garantir que o conhecimento científico esteja a serviço das populações, e não apenas daqueles que podem pagar por ele.

O Sul Global também pode contribuir para uma concepção mais plural de desenvolvimento. Diferentes tradições culturais, conhecimentos indígenas, formas comunitárias de gestão de recursos e experiências de provisão coletiva podem oferecer subsídios para alternativas à ideia de que o bem-estar depende do aumento contínuo do consumo material.

Essas contribuições devem ser avaliadas de maneira crítica e respeitosa. As tradições locais não são automaticamente equitativas, e a autonomia comunitária não elimina a necessidade de direitos universais, mecanismos de responsabilização pública ou proteção contra a discriminação. O objetivo é combinar diferentes formas de conhecimento com evidências científicas e princípios democráticos.

A possível mudança de rumo, portanto, não consiste simplesmente em deslocar geograficamente o centro do poder político. Trata-se de mudar os critérios pelos quais o poder e o desenvolvimento são avaliados.

8. Rumo a uma ética universal de equidade intergeracional

A busca pela equidade sustentável em saúde exige um marco ético que articule os direitos e as necessidades das populações atuais com as condições de vida disponíveis para as gerações futuras.

Diversas tradições filosóficas oferecem contribuições para essa tarefa. A teoria da justiça de John Rawls levanta a questão das instituições justas e das obrigações entre gerações. Hans Jonas enfatiza a responsabilidade pelas consequências das ações humanas a longo prazo. A ética da terra, de Aldo Leopold, amplia a consideração moral para toda a comunidade da vida. Elinor Ostrom demonstra a importância dos arranjos institucionais por meio dos quais as comunidades podem gerir recursos compartilhados. A economia do donut, de Kate Raworth, relaciona uma base social para o bem-estar humano a um teto ecológico.

Essas abordagens partem de pressupostos e métodos diferentes, mas cada uma contribui para questionar a ideia de que o desempenho econômico pode ser avaliado independentemente da justiça social e dos limites ecológicos.

Outra questão ética relacionada diz respeito à relação entre a dignidade humana e a natureza. O direito à saúde é indissociável do acesso ao ar limpo, à água potável, à alimentação adequada, à moradia segura e a um meio ambiente habitável. Proteger essas condições exige mais do que responsabilidade individual: requer instituições coletivas capazes de regulamentar a atividade econômica, prevenir danos ambientais e distribuir os recursos de maneira justa.

Uma possível contribuição seria elaborar uma *declaração internacional que reconheça o direito das gerações presentes e futuras de viver em harmonia com a natureza, entendida como uma comunidade da vida que inclui os seres humanos*. Isso daria continuidade aos marcos internacionais já existentes nas áreas dos direitos humanos e do meio ambiente, sem pressupor que um direito autônomo tão abrangente já seja universalmente reconhecido pelo direito internacional.

Essa declaração poderia estabelecer princípios como:

- Acesso universal às condições materiais necessárias a uma vida digna e saudável.
- Proteção dos ecossistemas e da biodiversidade como fundamentos do bem-estar presente e futuro.
- Distribuição justa dos benefícios e dos ônus da atividade econômica.
- Responsabilidade pelas consequências de longo prazo e transfronteiriças das decisões públicas e privadas.
- Responsabilização democrática e transparência em relação à concentração do poder econômico, financeiro, militar e digital.
- Proteção contra a discriminação, os deslocamentos forçados e a privação evitável.
- Cooperação internacional em pesquisa, descoberta e provisão equitativa de bens públicos essenciais.
- Respeito à diversidade cultural, à autonomia local e aos direitos humanos universais.

As Nações Unidas poderiam oferecer um espaço essencial para promover essa agenda. No entanto, a reforma institucional precisaria abordar tanto a representatividade quanto a responsabilização. Maior representação das regiões sub-representadas, a abolição do anacrônico e antidemocrático poder de veto de poucos países, mecanismos mais sólidos de

proteção das gerações futuras, maior cooperação tributária internacional e uma supervisão mais eficaz dos riscos transnacionais poderiam contribuir para fortalecer a governança global.

A reforma não deveria criar uma autoridade central sem mecanismos de responsabilização. As instituições globais deveriam funcionar por meio de estruturas democráticas, transparentes e multiníveis, que preservassem a participação local e, ao mesmo tempo, enfrentassem problemas que nenhum país é capaz de resolver isoladamente.

A questão das fronteiras exige o mesmo cuidado. As instituições nacionais continuam desempenhando papéis importantes na responsabilização democrática, na proteção social e na prestação de serviços públicos. No entanto, as circunstâncias desiguais do nascimento, os sistemas restritivos de migração e a distribuição desigual das oportunidades globais suscitam profundas questões de justiça.

Uma abordagem gradual poderia fortalecer a proteção dos direitos dos migrantes, ampliar as vias de migração seguras e regulares, reduzir as restrições arbitrárias ao acesso a serviços essenciais e desenvolver acordos internacionais que distribuam as responsabilidades de maneira mais justa. A aspiração de longo prazo seria um mundo em que as fronteiras perdessem sua força restritiva e o local de nascimento impusesse menos limitações — ou nenhuma limitação injustificada — ao acesso à dignidade, à saúde e às oportunidades, preservando-se, ao mesmo tempo, a diversidade cultural e o autogoverno democrático. De certa forma, *os direitos universais são incompatíveis com fronteiras nacionais artificiais que restrinjam ou filtrem o fluxo natural de pessoas, conhecimentos, bens e meios.*

9. Dos princípios à mudança mensurável

Os compromissos éticos precisam se traduzir em indicadores, políticas e instituições capazes de demonstrar se há avanços efetivos.

Uma agenda de pesquisa orientada pelas contribuições do SHEM poderia desenvolver um marco de Equidade Intergeracional Sustentável (*Sustainable Intergenerational Equity*), que avaliasse a relação entre disponibilidade de recursos, distribuição, resultados em saúde e sustentabilidade ecológica.

Esse marco poderia incluir os seguintes domínios:

Justiça econômica: concentração de renda e riqueza, progressividade tributária, receitas públicas, encargos com o serviço da dívida e acesso a bens essenciais.
Equidade em saúde: expectativa de vida, expectativa de vida saudável, mortalidade evitável, mortalidade infantil, proteção financeira e diferenças nos resultados em saúde entre grupos socioeconômicos.
Bases sociais: nutrição, habitação, educação, água, saneamento, proteção social e emprego seguro.
Sustentabilidade ecológica: emissões de gases de efeito estufa, consumo de recursos materiais, pegada ecológica, qualidade do ar, proteção da biodiversidade e exposição a riscos climáticos.
Condições democráticas e institucionais: liberdades civis, responsabilização pública, participação, mecanismos de controle da corrupção e concentração do poder financeiro e digital.

Responsabilidade intergeracional: investimentos públicos no desenvolvimento de capacidades futuras, passivos ecológicos, riscos à saúde a longo prazo e distribuição de benefícios e custos entre as gerações.

O objetivo não seria condensar todas as dimensões do desenvolvimento humano em uma única pontuação sem justificativa adequada. Índices compostos, como o indicador do ônus das iniquidades em saúde e o índice de bem-estar em equidade sustentável, podem ser úteis para fins de comunicação e comparação, mas podem ocultar importantes contrapartidas, pressupostos metodológicos e desigualdades existentes dentro dos países.

Um marco robusto deve, portanto, divulgar seus indicadores e fontes de dados, explicar como as informações ausentes são tratadas, testar a sensibilidade dos resultados a diferentes métodos de ponderação e apresentar resultados desagregados juntamente com qualquer medida composta.

Pesquisas comparativas poderiam examinar se os países que reduzem as desigualdades econômicas, fortalecem os serviços públicos e protegem os ecossistemas alcançam melhores resultados em saúde em relação aos recursos de que dispõem. Essas pesquisas deveriam levar em conta as diferenças de renda, demografia, estrutura produtiva, exposição a conflitos, trajetória institucional e restrições econômicas externas.

As análises longitudinais ajudariam a distinguir correlação de efeitos causais. Sempre que possível, os pesquisadores deveriam avaliar mudanças específicas nas políticas públicas, comparar populações pertinentes e verificar se as melhorias na saúde são acompanhadas por reduções na pressão ecológica.

O marco também poderia ser aplicado em nível comunitário. Iniciativas que envolvam soberania alimentar, saúde preventiva, recursos compartilhados, energias renováveis, redes de cuidado e governança participativa podem oferecer contextos práticos para testar como diferentes formas de organização social contribuem para o bem-estar sustentável.

Essas experiências não podem substituir as instituições públicas nem os sistemas universais de proteção social. Podem, entretanto, gerar conhecimento sobre formas complementares de cooperação e demonstrar como os princípios éticos podem ser traduzidos em práticas cotidianas.

O objetivo final é tornar a equidade sustentável passível de avaliação empírica: determinar não apenas se as sociedades se tornam mais ricas, mas também se seus recursos produzem vidas mais saudáveis, se os benefícios são compartilhados de maneira justa e se essas conquistas podem ser mantidas sem comprometer as condições de vida em outros lugares ou no futuro.

10. Conclusão: uma possível mudança de rumo, não um futuro predeterminado

A reeleição de Lula cria uma oportunidade para reconsiderar a contribuição que o Brasil e outros países do Sul Global poderiam oferecer aos debates internacionais sobre justiça econômica, equidade em saúde e sustentabilidade ecológica. Ela não demonstra que uma nova orientação global já tenha começado, tampouco garante que as políticas brasileiras resolverão as contradições estruturais aqui discutidas.

A importância deste momento está nas questões que ele permite colocar. É possível direcionar os recursos econômicos de maneira mais eficaz para a saúde, a educação e a proteção

social? É possível submeter a inovação financeira e tecnológica a uma governança orientada pelo interesse público? É possível melhorar as condições materiais de vida por meio do desenvolvimento sem reproduzir a destruição ecológica? As instituições internacionais podem distribuir responsabilidades e poder de decisão de maneira mais justa? E os movimentos políticos podem construir formas de cooperação que ultrapassem as divisões ideológicas estabelecidas, sem abrir mão da responsabilização democrática nem da análise das desigualdades?

O Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde oferece um dos marcos conceituais possíveis para enfrentar essas questões. Ao relacionar a disponibilidade de recursos, a capacidade de transformá-los em bem-estar humano, a distribuição dos resultados em saúde e a sustentabilidade ecológica do desenvolvimento, o SHEM busca ampliar os critérios utilizados pelas sociedades para avaliar o progresso.

O desafio não é substituir uma hegemonia política ou geográfica por outra. É criar instituições e formas de organização social que limitem a concentração de poder sem mecanismos de responsabilização, garantam a todos o acesso às condições necessárias a uma vida digna e protejam as bases ecológicas da saúde para as gerações presentes e futuras.

O Sul Global poderia contribuir significativamente para essa transformação, não reivindicando superioridade moral, mas ajudando a construir alianças fundamentadas em evidências compartilhadas, pluralidade de conhecimentos, participação democrática e cooperação prática. A mesma responsabilidade cabe às sociedades do Norte Global e aos movimentos, às instituições e às comunidades de todas as partes do mundo.

Uma nova ética do desenvolvimento humano partiria de um princípio simples, mas exigente: a prosperidade de uma população não deve depender da privação evitável em outras partes do mundo, e o bem-estar da geração atual não deve ser assegurado à custa da destruição das possibilidades de vida daqueles que virão depois de nós.

A mudança decisiva, portanto, não será medida apenas por eleições ou declarações, mas também pela capacidade de proporcionar às pessoas vidas mais longas e saudáveis, reduzir as desigualdades de oportunidades e a mortalidade evitável, diminuir os danos ecológicos e tornar o poder mais sujeito à responsabilização perante as comunidades cujas vidas ele influencia.

A vitória de Lula pode representar uma entre várias oportunidades de mudança. Sua contribuição para uma transformação mais ampla dependerá da capacidade de pessoas, instituições e movimentos de todo o mundo de converter os princípios da equidade sustentável em mudanças concretas, mensuráveis e duradouras.

Referências

Garay, J. (2026a). *Debt, Financial Speculation and Artificial Intelligence: The Emerging Architecture of Inequity*. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2026/10/debt-financial-speculation-and-artificial-intelligence-the-emerging-architecture-of-inequity/

Garay, J. (2026b). *Sustainable Health Equity: A Scientific Framework for Strengthening Human Development Drawing on Cuba's Experience and Contemporary Challenges*. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2026/07/

Garay, J. (2026c). *A New Horizon: From Broken Systems to Living Communities*. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2026/05/a-new-horizon-from-broken-systems-to-living-communities/

Garay, J. (2026d). *The Health, Equity, Peace, and Planetary Value of "Unplugging": Cortisol Dysregulation as a Biological "Plug-Indicator" of Immersion in Extractive Systems*. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. https://www.peah.it/2026/05/16138/

Garay, J. (2026e). *The Progressive Power of Data and Algorithms, and Their Effect on Human Life Loss Due to Geopolitical Tensions, Military Spending, and Global Injustice*. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. See the author's 2026 publications at https://www.peah.it/

Jonas, H. (1984). *The Imperative of Responsibility: In Search of an Ethics for the Technological Age*. University of Chicago Press. (Original work published in German in 1979.)

Leopold, A. (1949). *A Sand County Almanac, and Sketches Here and There*. Oxford University Press.

Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press.

Rawls, J. (1971). *A Theory of Justice*. Harvard University Press.

Raworth, K. (2017). *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. Chelsea Green Publishing.

Tribunal Superior Eleitoral. (2026, October 26). *Presidente do TSE anuncia reeleição de Lula e faz balanço do 2º turno das Eleições 2026*. https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-reeleicao-de-lula-e-faz-balanco-do-2o-turno-das-eleicoes-2026

United Nations Environment Programme. (2025). *Emissions Gap Report 2025: Off Target—Continued Collective Inaction Puts Global Temperature Goal at Risk*. Nairobi: UNEP. https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2025

World Inequality Lab. (2026). *World Inequality Report 2026*. https://wir2026.wid.world/insight/executive-summary/

World Health Organization. (2025). *Social determinants of health*. https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/social-determinants-of-health

World Health Organization. (2025). *World Report on Social Determinants of Health Equity*. https://www.who.int/teams/social-determinants-of-health/equity-and-health/world-report-on-social-determinants-of-health-equity